

Movimento Estudantil: Novos Contornos Para Uma Velha Luta

Texto de Teresa Fonseca

O movimento estudantil foi uma ruptura na forma como se fazia o combate ao regime salazarista, transformando uma universidade reprodutora da elite nacionalista conservadora numa universidade contestatária e ciente do papel do estudante numa sociedade que se desejava livre e democrática. Tal influência se deve à Carta de Grenoble, assinada em 1946 pela União Nacional de Estudantes Franceses, que imprimia de forma vinculada a importância cívica e social do jovem estudante na condução de uma sociedade cada vez mais progressista, dando frutos no maio de 68. Porém, atualmente desacredita-se o estudante como alguém com efetivo poder e relevância na condução do progresso da sociedade. Será que tal se dá por se assumir o ensino superior como um meio e não um fim?

A verdade é que hoje se assiste à desenfreada mercantilização do aluno, pois num sistema capitalista neoliberal, nada mais resta do que respeitar a competitividade dirigida pelo mercado. De acordo com a Declaração de Bolonha, o seu primeiro objetivo passa por “promover entre os cidadãos europeus a empregabilidade e a competitividade internacional do sistema europeu do Ensino Superior.” Ora, com tais referências, será de esperar que o ensino superior seja, acima de tudo, um meio para atingir o mais alto nível profissional possível, e não o fim para um desenvolvimento crítico, criativo e educacional de uma geração. Para além disso, acompanhando a mesma lógica, o RJIES vem reforçar o funcionamento do sistema, onde os Conselhos Gerais remetem o papel do estudante para um nível performativo, sendo a democracia na gestão da academia meramente simbólica. O ensino superior acaba por, destas formas, encaixar cada vez mais na lógica do mercado, dado por rendido aquele que deveria ser o seu propósito último: a partilha, discussão e formação do conhecimento *per se*.

Dada a panorâmica descrita, a luta estudantil tem encontrado o seu caminho de outra forma, distinto do movimento dos anos 60. Ainda que a principal força motriz continue a ser o jovem estudante (embora seja errado olhar para este de forma homogénea e quase classista), hoje verificam-se duas principais diferenças:

1. O movimento e a luta não emanam das instituições de ensino superior, mas antes de fora dela;
2. Não se verifica um movimento uno e coeso a combater as suas causas, mas sim vários movimentos e organizações, coexistindo de forma singular e dispersa, dando algumas vezes lugar a um sectarismo prejudicial à luta.

Ou seja, o movimento estudantil como o conhecemos nos anos 60 e 70 já não existe.

A luta estudantil está em transformação, a ganhar novos contornos, passando estes por uma luta mais individualizada, em torno de diversos coletivos, geralmente associados a uma causa. Tal se pôde observar, por exemplo, na manifestação contra o assédio na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, que ao reunir vários coletivos feministas (e não só) agregou mais de 200 estudantes em protesto, abrindo um precedente contestatário nunca antes visto na Faculdade de Direito. Do mesmo modo, também a Greve Climática Estudantil assinala assiduamente a sua presença nas ruas, de forma muito expressiva, contando com um manifesto apoio estudantil, e não só do ensino superior. Conclui-se que a luta estudantil não acontece de e para a universidade, mas sim de fora dela, para causas que lhe pertencem e, também que, à primeira vista, lhe possam parecer alheias e pouco associadas ao meio académico. Neste sentido, é cada vez mais evidente o enfraquecimento da via institucional, dando este lugar a uma maior dispersão de movimentos e coletivos, onde a efetividade da luta não parte agora da unidade e coesão da massa estudantil enquanto sujeito e objeto da contestação, mas sim da massa estudantil apenas enquanto ator da ação contestatária.

Ainda assim, interessa notar que o sucesso das iniciativas estudantis nos anos 60, enquanto fenómeno social de importante significado e dotado de acentuada longevidade, resultou sempre da sua capacidade para ultrapassar a mera defesa dos interesses próprios e imediatos do indivíduo, enquanto fim primordial. Ora, isto é exatamente o que a crescente mercantilização do ensino, num sistema cada vez mais selvagem e competitivo, não defende. Talvez seja por isso que se verifica um aumento de organizações e coletivos que fazem a luta de forma mais dispersa, podendo, eventualmente, colocar em causa uma luta que preze, em primeiro plano, pelo bem-estar e dignidade gerais; do corpo comum, em detrimento das

satisfações pessoais.

Gramsci dizia que a vontade só gerava poder de ação quando era uma vontade unida; de uma classe. Logo, acreditava também que a única forma de evitar o conformismo seria através da coerência, unidade e crítica. Independentemente dos novos contornos da luta estudantil, é premente que se mantenha esse sentido de pertença, pois a vontade coletiva faz-se sentir nos movimentos e associações que mobilizam os jovens cientes da realidade precária, desigual e discriminatória que se avizinha. É fulcral contrariar a tendência de despolitização da ação estudantil, visto que o mesmo significa ignorar a força estudantil enquanto construtora de uma sociedade progressista, democrática, livre, mas sempre exigente, pois só assim se quebra o conformismo.

No final de contas, o movimento estudantil precisa de agarrar nas convicções como se de ações políticas se tratassem, porque o são. Sermos estudantes ativos e críticos da sociedade é sermos agentes dotados de ideias e, acima de tudo, ideais que nos regem. Uma luta estudantil apolítica é a melhor forma de alienação de um sistema que assim nos procura: adormecidos. Ter de pedir novamente a palavra não pode ser solução.